



ESCOLA DE  
HUMANIDADES

# CIVITAS

Revista de Ciências Sociais  
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas 25: 1-12, jan.-dez. 2025  
e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.45969>

DOSSIÊ: COLETIVOS NAS AÇÕES COLETIVAS CONTEMPORÂNEAS: EMERGÊNCIA, CONTEXTO, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS

## Crítica à política tradicional e posição diferencial: algumas considerações sobre a emergência dos coletivos culturais contemporâneos

*Critique of traditional politics and differential position: some considerations on the emergence of contemporary cultural collectives*

*Crítica a la política tradicional y posición diferencial: algunas consideraciones sobre la emergencia de los colectivos culturales contemporâneos*

**Marcelo de Souza**

**Marques<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-2395-0191](https://orcid.org/0000-0003-2395-0191)  
[marcelo.marques.cso@gmail.com](mailto:marcelo.marques.cso@gmail.com)

**Recebido em:** 28 mar. 2024.

**Aprovado em:** 8 set. 2024.

**Publicado em:** 28 jan 2025.

**Resumo:** As ondas de protesto pelas quais passou o Brasil (2013-2016) trouxeram consigo "novos sujeitos coletivos" à cena política nacional. Com novas estratégias de ação, novas estruturas de mobilização e significados ao debate político-organizacional, os grupos (auto)denominados coletivos passaram a desafiar tanto as ciências sociais quanto a esfera política formal. Atentos a essa conjuntura, discutiremos como essa configuração, aqui denominada contexto de crítica à política tradicional, ajuda a compreender a emergência de novos coletivos. Além da revisão crítica de literatura, utilizamos uma metodologia qualitativa baseada na análise de entrevistas em profundidade com ativistas e na aplicação de um questionário junto a 55 coletivos culturais. Os resultados indicam que, embora não haja uma relação causal entre esse contexto e a emergência dos coletivos, esse período é fundamental para percebermos a sedimentação de novos significados no debate político-organizacional, permitindo que os sujeitos (re)signifiquem as experiências (associ)ativistas já vivenciadas ou conhecidas.

**Palavras-chave:** Crítica à política tradicional. Coletivos culturais. Posição diferencial.

**Abstract:** The waves of protest that Brazil (2013-2016) brought "new collective subjects" to the national political scene. With new action strategies, new mobilization structures and meanings to the political-organizational debate, the so-called collective groups began to challenge both the social sciences and the formal political sphere. Considering this conjuncture, we aim to discuss about how this configuration, here called "context of criticism of politics", helps us to understand the emergence of new collectives. In addition to the critical literature review, we used a qualitative methodology with in-depth interviews with activists and also used a questionnaire applied to 55 cultural collectives. The results indicate that although there is no causal relationship between this context and the emergence of collectives, this period is fundamental to perceive the sedimentation of new meanings in the political-organizational debate as a way for the subjects to (re)signify the (associ)activist experiences already lived or known.

**Keywords:** Criticism of traditional politics. Cultural collectives. Differential position.

**Resumen:** Las oleadas de protestas por las que paso Brasil (2013-2016) trajeron consigo "nuevos sujetos colectivos" a la escena política nacional. Con nuevas estrategias de acción, nuevas estructuras de movilización y significados al debate político-organizacional, los grupos (auto)denominados colectivos pasaron a desafiar tanto a las ciencias sociales como a la esfera política formal. Atentos a esta coyuntura, discutiremos cómo esta configuración, aquí denominado de "contexto de crítica a la política tradicional", nos ayuda a comprender la emergencia de nuevos colectivos. Además de la revisión crítica de la literatura, utili-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade Vila Velha (UVV), Vila Velha, ES, Brasil.

zamos la metodología cualitativa a través de análisis de entrevistas en profundidad con activistas e de un cuestionario aplicado en 55 colectivos culturales. Los resultados indican que si bien no existe una relación causal entre este contexto y el surgimiento de colectivos, este período es fundamental para que podamos percibir la sedimentación de nuevos significados en el debate político-organizacional como forma a través de la cual los sujetos (re)significan las experiencias (asociativas) activistas ya vividas o conocidas.

**Palabras clave:** Crítica a la política tradicional. Colectivos culturales. Posición diferencial.

## Introdução

As ondas de democratização da segunda metade do século 20 foram um marco para importantes mudanças políticas, econômicas e socio-culturais em diferentes contextos. No movimento dessas ondas, países como o Brasil passaram a testemunhar o alargamento das esferas públicas, a construção de novos desenhos institucionais, o fomento à participação institucional e a emergência de diferentes experiências organizacionais e de novas demandas societárias à vida política. No curso desses acontecimentos, em especial, nas últimas décadas, "novos sujeitos coletivos" entraram em cena ao evidenciarem novidades respeitantes às estratégias de ação, estruturas de mobilização, performances e significados atribuídos ao debate político-organizacional. Dentre essas novidades, destacam-se os grupos (auto) denominados "coletivos".

Essa "novidade em cena", no entanto, não deve ser compreendida por leituras voluntaristas, como se sua emergência não tivesse qualquer ligação com experiências associativo-organizacionais anteriores ou não encontrasse relação com o contexto. Como discutido em outra oportunidade (Marques e Marx 2025, no prelo), no campo cultural podemos destacar pelo menos três "ondas coletivas".

A primeira pode ser datada no decurso dos anos 1960 e 1970. Naquele contexto, o experimentalismo artístico, especialmente a partir de meados da década de 1950, impulsionado pela Arte Contemporânea, pela arte de cunho político e socialmente engajada nos espaços públicos, evidenciou novas demandas sociais, políticas e estéticas no contexto do pós-guerra, reorgani-

zando de maneira crítica tanto a discussão sobre o fazer artístico consolidado no campo, quanto sobre a indústria do consumo (Mesquita 2011). Também nesse período, no Brasil, ocorreu a ascensão da Arte Conceitual. Como destaca Mesquita (2011), em meio ao aumento da repressão militar, o movimento conceitual propôs a desmaterialização, popularização e integração da arte ao cotidiano, com o objetivo de criar uma nova forma de comunicação entre o artista, a obra e o público. Essa inflexão no campo artístico, inscrita em um contexto de repressão política e censura às artes, resultou tanto na emergência de novos coletivos como o seu afastamento dos espaços artístico-culturais tradicionais, o que também impulsionou a formação de novas experiências artístico-culturais e políticas no contexto nacional fora dos espaços consagrados e de consagração.

A segunda onda coletiva no campo artístico-cultural ocorreu entre os anos 1980 e 1990. Especificamente com relação ao campo político-institucional, tratou-se tanto de um contexto de expectativas com as mudanças políticas (período de transição democrática e anseio por participação política) como de frustrações diante das ações estatais. A grande marca desse período na cultura foi a sedimentação da posição privilegiada do setor econômico na estrutura oficial da política cultural e a (in)ação estatal (Rubim 2007). Reflexo disso, como destaca Calabre (2009, 118), foi que do total de 80 ações de produção legislativa, entre leis, Decretos-leis, Instruções normativas e Portarias, cerca de um terço da legislação cultural promulgada no governo FHC tratava de leis de incentivo. Sintomaticamente, como observa Rubim (2007, 26), "a política mais famosa do Ministério naqueles longos oito anos foi uma brochura intitulada *Cultura é um bom negócio*". As restrições políticas (políticas culturais seletivamente orientadas ao setor econômico) e o início de novas possibilidades referentes aos avanços tecnológico-produtivos, exigiu novas soluções por parte dos artistas e coletivos: foi naquele contexto, como destaca Paim (2009), que passamos a observar a criação de novos espaços coletivos autogestionados, colaborati-

vos e solidários, como ateliês e galerias, como alternativas ao contexto político marcado pela ausência de políticas públicas mais estruturantes.

A terceira onda foi inaugurada nos anos 2000. No que tange à dimensão artístico-cultural, diferentemente de experiências anteriores, os coletivos contemporâneos não se voltaram ao debate com e/ou contra o campo artístico. Essa "despreocupação" parece ter gerado maior liberdade criativa e experimental e um desprendimento com relação a uma identidade artístico-coletiva atrelada a um movimento específico do campo, como ocorreu em outros momentos. Este é o argumento de Pires (2007, 28-29), ao afirmar que se na década de 1960 e 1970 havia uma preocupação com a "transformação radical dos regimes e sistemas de manutenção das ordens institucionais [...] o que se percebe e se vive hoje [anos 2000] é diametralmente o oposto". E isso ocorreu não por falta de possibilidade de ação ou falta de projetos, e sim pela "ausência de desejo de construções homogêneas e hegemônicas". Como destaca o autor, as pautas desses coletivos já não indicam uma pretensão de superação paradigmática, o que "colocaria a produção atual no mesmo patamar belicista das neovanguardas do 60/70. Trata-se muito mais de afirmação de outros projetos, de outros *outros*". Isso indica uma tomada de posição distinta em relação aos coletivos artísticos de décadas anteriores e, sem dúvida, prossegue o autor, "é uma tomada de posição, é uma tática constituinte necessária no sentido de uma afirmação da diferença".

No plano político-institucional, na primeira década desse período foi observada uma significativa recomposição institucional do setor das políticas públicas de cultura: ao contrário da retirada das funções institucionais do estado no setor cultural em proveito do mercado, foram observados esforços na construção de novos padrões e dinâmicas de relação entre as esferas estatal e societária, agora pelo registro democrático-pluralista (Rubim 2010). Além disso, os novos mecanismos seletivos promoveram uma maior pluralidade de modalidades de cultura,

como as culturas populares, as afro-brasileiras, as de orientação sexual, as digitais e as tradicionais, tais como indígenas e cigana (Rubim 2007; 2010). Essas mudanças, observadas pelo menos até o primeiro mandato de Dilma Rousseff, representaram a estruturação de um contexto favorável às experiências coletivas no campo artístico-cultural e na construção de encaixes institucionais, inclusive com o trânsito de ativistas para a estrutura estatal.

No curso dessa emergência dos coletivos contemporâneos, o período entre os anos de 2013 e 2016, marcado por ondas de protestos observadas em todo o território nacional, informou novas mudanças no debate político e organizacional em meio a um contexto de fortes críticas à esfera política. Inicialmente configurada por protestos públicos correlacionados às pautas progressistas de defesa de melhorias sociais, especialmente a redução da tarifa do transporte público, as manifestações de 2013 rapidamente lançaram luz sobre um movimento de direita que passou a disputar os sentidos das ruas (Pinto 2017; Silva 2018; Freixo e Machado 2019; Nobre 2022). Naquele momento, começava a se estruturar um discurso com críticas progressistas e conservadoras ao fisiologismo político, à corrupção e, ainda que de forma difusa, com reivindicações por mudanças políticas.

A mudança de trajetória dos protestos, discursivamente capturados pelo campo conservador-autoritário (Pinto 2017; Silva 2018, Nobre 2022, Gohn 2023), ocorreu por, pelo menos, dois fatores. O primeiro, conforme Pinto (2017), decorreu de uma espécie de "vazio discursivo". Esse vazio é explicado pela saída do Movimento Passe Livre (MPL) das manifestações a partir do momento em que a sua demanda passou a ser atendida. De forma mais geral, para a autora, não houve por parte dos grupos à esquerda do espectro político, uma articulação equivalencial capaz de organizar os discursos justamente porque os diferentes grupos apresentavam demandas particulares ou uma ação política performativa, como os *Black Blocs*. O que se percebeu, portanto, "foi

uma maioria fragmentada de manifestantes" (Pinto 2017, 134).<sup>2</sup>

O segundo fator foi o compartilhamento de sentidos dispersos em um contexto mais amplo de crítica à política tradicional, marcado por confrontações progressistas e conservadoras ao sistema político-institucional, o que evidenciou o seu caráter contraditório (Pinto 2017; Silva 2018; Gohn 2023). Percebemos essa crítica quando consideramos os sentidos de descontentamento mais ou menos geral na sociedade, especialmente para se referir às relações político-partidárias, à representação política e ao funcionamento das instituições democráticas do país, acusadas de antipopular, ineficientes e, sobretudo, corruptas (Pinto 2017; Silva 2018; Freixo e Machado 2019).<sup>3</sup> Os dados do Latinobarometro ajudam a perceber esse contexto.

Ao indagar sobre qual era o "problema mais importante do seu país", a *corrupção* representou o problema mais importante para 9,8% dos inqueridos no ano de 2013. Já em 2015, essa porcentagem passou para 23,3%, chegando a 32,2% no ano de 2017. Quando questionado sobre se "o país era governado por poderosos em benefícios próprios ou se governado para o bem do povo", o que nos ajuda a compreender a crítica de que as instituições não trabalham segundo os interesses do *povo* (antipopular), 80,6% dos inqueridos informaram, no ano de 2013, que o país era governado segundo interesses dos poderosos. No *survey* de 2015, essa porcentagem subiu para 88,1%, alcançando a marca histórica de 97,5% no ano de 2017.

Diante desse cenário de crítica à política tradicional, o ponto estruturante da presente análise considera a configuração de um contexto estratégico-relacional de incentivos às mobilizações e, sobretudo, de busca por novos repertórios organizacionais que se estruturou a partir de

2013, chegando aos dias atuais. Esse processo marcou a sedimentação de um discurso de crítica aos espaços e mecanismos tradicionais de participação e representação política, bem como a certos repertórios de organizações históricas, como partidos políticos, sindicatos, ONGs e mesmo organizações de movimentos sociais, comumente significados pelos ativistas de coletivos como estruturas rígidas, formais, hierarquizadas e centradas na ideia de liderança formal (Gohn 2017; 2019; 2022; Perez 2019; Gohn, Penteado e Marques 2020; Marques e Marx 2020; Marques, Marx e Cruz 2025, no prelo).

Como discutiremos, embora não haja uma relação de causalidade direta entre o contexto dos anos 2013 a 2016 e a emergência dos coletivos, considerando as experiências pretéritas, esse período é importante para percebermos a sedimentação de novos significados no debate político-organizacional, como forma dos sujeitos (re)significarem as experiências (associ)ativistas já vivenciadas ou conhecidas. Para essa análise, além da revisão de literatura, recorreremos à metodologia qualitativa utilizando entrevistas em profundidade com ativistas, realizadas entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020,<sup>4</sup> e um questionário aplicado a 55 coletivos culturais do Espírito Santo.

Além desta introdução, o artigo apresenta outras três seções. Na primeira, retomaremos o contexto de crítica à política tradicional, com destaque para as ondas de protestos observadas desde os anos 1990. Na sequência, abordaremos a emergência dos coletivos culturais contemporâneos, enfatizando o contexto dos anos 2013-2016. Por fim, nossas considerações, que reforçam o argumento de que a autodenominação como *coletivos* perpassa as relações diferenciais contextualmente inscritas e a consequente sedimentação desse significante no

<sup>2</sup> Há que se destacar a grande participação de jovens. Como argumenta Gohn (2023), isso também nos indica a necessidade de se refletir sobre o elemento geracional e não apenas a composição social dos agentes e as organizações clássicas.

<sup>3</sup> Um terceiro ponto poderia ser indicado considerando as novas tecnologias e sua importância na estrutura de mobilização dos atores coletivos. No entanto, devido aos limites de espaço, não avançaremos nesse sentido. Para essa leitura, ver Nunes (2023) e Gohn (2023).

<sup>4</sup> Foram realizadas seis entrevistas, sendo cinco com ativistas de coletivos e uma com gestor público, que trabalhou diretamente com programas voltados aos coletivos culturais e juventudes no Espírito Santo. A seleção desses ativistas foi estruturada por meio da "indicação cruzada": ativistas indicados por dois ou mais ativistas a partir de pesquisa exploratória. Com relação ao *survey*, sua aplicação ocorreu de forma remota ao longo do segundo semestre do ano de 2020, seguindo uma proposta "bola de neve".

debate político-organizacional.

### A estruturação do discurso de crítica à política tradicional

As críticas às instituições políticas e econômicas sempre estiveram presentes na agenda de grupos e movimentos sociais na luta pelo aprofundamento democrático e pela igualdade social (Gohn 2022; Santos 2022). Na década de 1990, por exemplo, observamos diferentes manifestações contrárias à globalização econômica e à criação de grandes organismos internacionais, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Banco Mundial (BM), as ações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Dentre os diferentes protestos, como destaca Mesquita (2011), observamos o "carnaval contra o capital", em Londres, ocorrido no dia 18 de junho de 1999 (organizado para o dia do encontro do G8, realizado na cidade de Colônia, Alemanha), a "Batalha de Seattle", ocorrida no dia 30 de novembro de 1999, na ocasião do encontro da Organização Mundial do Comércio, e o "Outono de Praga", do dia 26 de setembro de 2000.

Especialmente a partir da crise do capitalismo global de 2008, passamos a observar mais facilmente: (I) a emergência de novas estruturas de mobilização, que foram potencializadas pelo avanço das redes móveis de internet; (II) a resignificação de táticas de confronto, como as "ocupações"; (III) novas formas de disputa discursiva de enquadramento do social, sobretudo com a criação de mídias colaborativas de transmissão online das ações e das (re)ações do aparato estatal; (IV) bem como a evocação de determinados significados político-organizacionais, como a recusa da ideia de liderança formal e vertical, a horizontalidade e a busca por redes colaborativas. Essas ações e esses significados estavam presentes, por exemplo,

nos movimentos e protestos dos Indignados, na Espanha, e nas diferentes ações canceladas pelo significativo *occupy* – nos Estados Unidos e em cidades europeias, como Londres e Frankfurt (Mesquita 2011; Gohn 2023).

Como abordamos na introdução, esse contexto de manifestações não estava estruturado apenas pelo campo progressista. Na Europa, observamos o apoio societário que permitiu o avanço da Frente Conservadora no Parlamento Europeu, um bloco de partidos de extrema direita que, dentre suas demandas, defende um nacionalismo radical, com discurso anti-imigração e a saída da União Europeia. No Brasil, esse campo conservador-antidemocrático ficou ainda mais claro durante as manifestações de 2013. A leitura desse contexto é desafiadora e, ao mesmo tempo, reveladora devido a, pelo menos, dois motivos.

O primeiro é o seu caráter de *acontecimento*, isto é, um "momento de deslocamento e de ruptura no qual os fundamentos se desmoronam" e novas possibilidades de mudança surgem no horizonte político dos sujeitos (Marchart 2009, 15). O mesmo argumento encontra-se em Marinho (2022, 16), para o qual Junho de 2013 representou uma ruptura, "um evento que rompe com a normalidade do cotidiano". Reflexo disso, prossegue o autor, é que hoje, "quase uma década depois, é possível dizer que ainda estamos em alguma medida sob seus efeitos, e que eles ainda estão longe de serem compreendidos em sua totalidade."<sup>5</sup>

Nesse processo, ainda que não tenhamos uma nova geração de movimentos sociais, como parece sustentar Marinho (2022), indiscutivelmente as novidades lançadas no debate político-organizacional ficaram mais claras: os ativistas elaboram um sistema de diferença necessário à significação da unidade interna de sentido sobre o que é um *coletivo*. Ser um coletivo passou a indicar ser um grupo caracterizado por métodos, formas e práticas organizacionais baseadas em

<sup>5</sup> Os reflexos também podem ser observados nas inúmeras mesas em eventos, livros publicados e organizações de dossiês dedicados a analisar as consequências e legados de Junho de 2013. A complexidade do fenômeno também pode ser notada quando consideramos "que há diferentes interpretações e narrativas sobre junho de 2013, gerando uma disputa pelo seu legado" (Gohn 2023, 13). Para outras leituras sobre esse acontecimento, ver Alonso (2017), Nobre (2022) e o dossiê (Parte I e Parte II) organizado Almeida, Ribeiro e Frederico (2023) na revista *Desigualdade & Diversidade*.

princípios de coletividade e colaboração, bem como na desconstrução discursiva de concepções tradicionais de liderança formal e vertical – isso, contudo, não significa que se trata de grupos isentos de relações de poder ou uma ausência radical de formalização e de funções de liderança (cf. Marques, Marx e Cruz 2025, no prelo). Sendo uma unidade diferencial, o “nós” (identidade coletiva), de alguma forma sempre fará referência a elementos exteriores que se fazem presentes na sua própria constituição (a identificação do “outro”). Ser um *coletivo*, portanto, também informa aquilo que os ativistas não querem ser: a construção dessas experiências organizacionais tem conduzido os ativistas à rejeição de familiaridades com modelos organizacionais convencionais. Nessa demarcação de uma *posição diferencial* em termos organizacionais, de socialização e de participação política, os coletivos se apresentam como experiências organizacionais mais flexíveis, dinâmicas e descentralizadas, informando uma alternativa para aqueles que buscam uma participação mais inclusiva e dinâmica – fazendo-se novidade no contexto de crítica à política tradicional (Marques, Marx e Cruz 2025, no prelo).

O segundo motivo é justamente a complexidade decorrente da presença de grupos sociais antagônicos disputando os sentidos dos protestos. Como observa Silva (2018, 90), naquele momento, “enquanto alguns grupos entoavam cânticos anticapitalistas, outros grupos cantavam o hino nacional”, enquanto uns mobilizavam táticas de contraviolência institucional, outros gritavam “sem violência”, embora claramente a usassem contra os manifestantes progressistas, ainda que de forma simbólica, como a intimidação do uso de símbolos ligados à estética da esquerda (Marinho 2022).

A complexidade da configuração dos protestos era tão grande que, como observa Silva (2018, 90), dependendo para onde se olhava em uma manifestação específica, “o observador poderia caracterizá-la como uma manifestação da es-

querda partidária, de coletivos anarquistas ou de grupos nacionais e conservadores”. Isso porque, além das disputas em torno da sedimentação de demandas e de enquadramentos interpretativos sobre a realidade social, o contexto das manifestações também evidenciou novas experiências organizacionais e ideacionais de ação e organização social e política, tais como as diversas formas de coletivos de tradição progressistas e de contramovimentos, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem Pra Rua (VPR).<sup>6</sup>

Do ponto de vista analítico-discursivo, ao se deslocar e ter seus sentidos ressignificados no interior de campos semânticos antagônicos (progressistas vs. conservadores), a ideia de crítica à política tradicional se tornou um *significante flutuante*, isto é, um significante “cujo vazio resulta da não fixação introduzida por uma pluralidade de discursos que se interrompem uns aos outros” (Laclau 2017, 305). Esse “vazio” é compreendido quando o significante deixa de apresentar um significado particular e passa a representar a completude em geral, podendo articular um grande número de significantes heterogêneos de campos discursivos antagônicos. Esse processo ajuda a compreender o alcance que a crítica à política tradicional teve na sociedade como um todo: uma vez evocado e lançado ao debate público mais amplo, esse significante encontrou aderência em ambos os campos discursivos, embora com sentidos diferentes, evidenciando críticas às formas tradicionais de participação e representação política.

### **Crítica à política tradicional: posição diferencial e exterior constitutivo**

Diferentemente de outros momentos históricos, as manifestações desse período já não dependiam da intermediação direta de organizações clássicas, como partidos políticos, sindicatos ou mesmo organizações de movimentos sociais. Pelo contrário, em muitos momentos demonstraram recusa em relação a essas organizações em meio

<sup>6</sup> Conferir também Alonso (2017, 49-50) e seu destaque para os tipos de repertórios de confronto que identificou no contexto das mobilizações: repertório socialista, repertório autonomista e repertório patriota.

à busca por novas experiências organizacionais e de ação política em um contexto de crescente desenvolvimento das redes sociais. À medida que essas novas tecnologias se popularizavam, avançava a sedimentação de uma nova estrutura de comunicação digital com impactos diretos nos processos e experiências organizacionais e de ação de organizações societárias (Nunes 2023; Gohn 2023).

Nesse novo contexto de deslocamentos, como nos ajuda a pensar Laclau (2000, 68), ao contrário de uma possível apatia política pensada como "negação da política", temos observado a emergência de distintas experiências de resistências, seja do campo progressista, seja do campo conservador, lançando "à arena histórica novos atores sociais que, precisamente por moverem-se em um terreno deslocado, reivindicam constantemente suas próprias formas sociais". Esse parece ser o caso das experiências organizacionais e de ação política dos coletivos.

Embora não representem um fenômeno inerente ao contexto pós-2013, os coletivos que emergiram no contexto de crítica à política tradicional parecem apresentar especificidades, dentre as quais podemos destacar a ressignificação de certas estratégias de ação e, sobretudo, de significados político-organizacionais, "justamente em um momento de crise de representatividade das formas tradicionais, como partidos, sindicatos, e crise dos próprios movimentos sociais clássicos" (Gohn 2019, 111).

Esse "momento de crise", ao qual se refere Gohn (2019), é central para compreendermos a estruturação do contexto de crítica à política tradicional. Isso porque, como discutido, foi no contexto das manifestações de 2013 a 2016 que percebemos mais claramente a reivindicação de novas experiências organizacionais e a busca por espaços alternativos de representação e de participação política das juventudes a partir de uma demarcação discursiva em relação a outras experiências organizacionais e (associ)ativistas. Foi essa demarcação que passou a indicar as críticas às organizações e experiências políticas historicamente sedimentadas, discursivamente

informadas pelos ativistas como tradicionais, burocráticas, ineficientes, corruptas, destacando também o fato de serem organizadas de forma hierarquizada e centrada em lideranças formais (Gohn 2017, 2022, Marques e Marx 2020).

Esses são os elementos discursivos da *posição diferencial* que ajudam a compreender a ideia de "coletivos" em relação a essas lógicas organizacionais discursivamente antagonizadas. Nessa relação diferencial, as experiências político-organizacionais tidas como clássicas ou tradicionais passaram a exercer a função de *exterior constitutivo* para os sujeitos em suas experiências coletivas.

Os *exteriores constitutivos* são importantes porque nos ajudam a compreender que os processos de identificação de subjetividades não representam identidades determinadas. Nessa leitura, não há uma essência identitária que escape às relações, bem como não há nada que as determine aprioristicamente: todos os processos de identificação são "contaminados" por um "algo além de si", por uma relação de externalidade que ao mesmo tempo a constitui internamente. O que está para "além de si", vale destacar, não é um mero acidente, ele é necessário, embora não essencial (Staten 1984). São nesses termos que estamos a compreender a ideia de *coletivos*: ela também envolve a evocação dos significados pelos sujeitos a partir de sua *diferenciação*, que será sempre relacional, estratégica e reflexivamente construída. Reunimos três narrativas nesse sentido dos ativistas entrevistados:

Eu acredito que é um trauma já (motivo da recusa do termo movimentos sociais). Porque, por exemplo, dentro do contexto do movimento *hip-hop* [...] eles falavam como funcionava o movimento *hip-hop*... Se você pegar aí o período dos anos 90, o que as pessoas vão falar do movimento negro no Espírito Santo? Da rigidez do movimento no Espírito Santo [...]. Para uma pessoa poder falar no movimento *hip-hop* tinha que passar lá antes, falar com os caras, os caras faziam uma coisa de juiz mesmo: "Pronto, pode. Agora você pode falar". Já o coletivo tem uma liberdade por si só [...]. Não precisa ir lá pedir autorização para alguém para solucionar. (Entrevistado 1, 20 fev. 2019).

Coletivo é uma maneira de se organizar em grupo. Um sindicato é um coletivo? É, mas aí já é uma forma institucional que já é dada, clássica. Os coletivos, talvez, não caminhem para um arranjo institucional tão claro, tão rígido [...]. (Entrevistado 2, 12 fev. 2019).

É totalmente diferente de uma ONG, por exemplo... Eu acredito que ONG é algo que já é pensado dentro de um gesso [...]. É muito engessada, e muitas coisas você não consegue realizar através da ONG, porque tem uma pessoa jurídica ali respondendo por aquilo. Pode ser um medo também, de queimar a imagem (se organizar ou se identificar como ONG). Os coletivos talvez sejam mais fluidos. (Entrevistado 5, 01 mar. 2019).

O que essa desconstrução indica – e este é o ponto central – é que os processos de identificação ocorrem a partir da construção de *posições diferenciais* (Marques e Marx 2020). Ou seja, não ocorrem fora, mas por meio da diferença. O "outro", isto é, outros modelos organizacionais e de ação política, passou a significar burocracias formalmente hierarquizadas, experiências organizacionais pautadas na ideia de liderança formal e vertical, espaços marcados por fortes relações de poder, processos internos tendencialmente centralizados.

Considerando essa *posição diferencial*, os coletivos, em geral, podem ser compreendidos como um modelo de organização societária no interior de um conjunto mais amplo de repertório organizacional da sociedade civil contemporânea (e.g., partidos, sindicatos, organizações de movimentos sociais etc.). Como um modelo organizacional, os coletivos são caracterizados pela elaboração de métodos, formas e práticas organizacionais baseadas em princípios de coletividade e colaboração, bem como na desconstrução da posição de liderança, o que não significa uma ausência radical de formalização e tampouco de *funções* de liderança – é preciso destacar que horizontalidade não significa ausência radical de liderança, e sim a busca por uma alternativa aos processos de concentração de poder (Nunes 2023).<sup>7</sup> Nessa demarcação de uma *posição diferencial*, como argumentamos anteriormente, os sujeitos tendem a informar e a construir os coletivos como estru-

turas mais flexíveis, dinâmicas e descentralizadas, uma alternativa para aqueles que buscam uma participação mais inclusiva.

### Coletivos culturais contemporâneos: alguns apontamentos analíticos

Como objeto de recentes pesquisas no Brasil, o tema *coletivos culturais* tem sido analisado a partir de diferentes áreas do conhecimento (Marques e Marx 2025, no prelo). No entanto, embora seja uma renovada agenda de investigação, os coletivos não representam um novo fenômeno sociológico. O argumento sobre o *novo* é, antes de tudo, um reflexo do recente olhar dos observadores sobre a sua existência enquanto experiências organizacionais, profissionais e político-expressivas. Especificamente no campo artístico-cultural, Moore (2002), por exemplo, evidencia que os significados de formação coletiva, trocas, solidariedade e socialização estão presentes na própria história contemporânea do fazer artístico:

Arte começa a partir de grupos. A coletividade é a base para a produção artística. Certas formas especiais de relações sociais são o terreno no qual os artistas estão enraizados [...]. O coletivo na arte ocidental está vinculado originalmente na estrutura das oficinas de produção artística e artesanal, também enraizada nas rotinas de ensino da academia de arte [...]. Essa rede de troca não monetizada é o campo social do coletivo [...]. Na história da arte, os coletivos surgiram quando eram necessários. Artistas se associam continuamente como parte de seu trabalho, e os grupos se formam em resposta a condições específicas, quando algo precisa ser feito. (Moore 2002, n.p.).

Vale destacar que essas emergências ao longo do tempo, como as compreendemos, não devem ser analisadas como mera (re)ação voltada contra o campo artístico ou político-institucional, tampouco a partir de uma perspectiva histórica linear e evolucionária que se desenvolve seguindo mudanças paradigmáticas e políticas inerentes a esses campos (Marques e Marx 2025, no prelo).

A partir dessa compreensão, percebemos ana-

<sup>7</sup> Conferir Marques, Marx e Cruz (2025, no prelo) para uma leitura mais detida.

liticamente os coletivos contemporâneos como estruturas relacionais constituídas *na* relação com os "outros" (campo das artes, campo político-institucional, esfera econômica, partidos políticos, sindicatos, organizações de movimentos sociais etc.). As emergências coletivas, nesses termos, de alguma forma sempre são respostas contingenciais – "quando algo precisa ser feito" (Moore 2002, n.p.) – às diferentes condições sociais, culturais, políticas, econômicas e existenciais com as quais se deparam e se relacionam. Isso nos levar a considerar que a análise das emergências coletivas deve buscar os mecanismos que configuram os diferentes contextos que nos ajudam a compreendê-las.

### Período de mudanças: as ondas de protestos (2013-2016) e os coletivos culturais

Como mencionamos brevemente na introdução, a partir de 2003, o Brasil passou por uma significativa recomposição institucional do setor das políticas públicas de cultura. Durante a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira junto ao Ministério da Cultura (2003-2010), nos dois mandatos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o estado retomou seu papel constitucional no setor, passando a valorizar a pluralidade artístico-cultural e, a partir desse ponto, a estruturar uma nova política cultural, promovendo uma reforma administrativa e de capacitação institucional (Rubim 2010). Nesse processo, há que destacar que as interações entre a esfera institucional e societária ganharam novos padrões e dinâmicas, o que foi de significativa importância para a articulação dos coletivos e para o ativismo a partir das estruturas estatais.

Em algumas áreas, inclusive, as interações socioestatais fomentaram a criação de novos mecanismos estratégico-seletivos, inaugurando algumas "linhas" de política cultural, como a atenção e o apoio às culturas indígenas. Mesmo nos casos em que não se observa um caráter

inaugural, a nova política cultural revelou uma distância significativa de investimentos, como o que ocorreu com as "culturas populares; as de afirmação sexual; a digital e mesmo a cultura midiática audiovisual (Rubim 2010, 14).

Essa rápida explanação<sup>8</sup> é necessária para compreendermos o que Barcellos (2012) destaca como sendo um contexto de deslocamento da política no campo cultural promovida pela chegada do PT e de grupos sociais até então excluídos das estruturas estatais. Conforme Barcellos, houve uma reconfiguração da estrutura político-administrativa no setor cultural promovida pela entrada de novas forças políticas e pela forma como se condensaram institucionalmente, resultou em uma progressiva transformação estratégica dos conjuntos institucionais no sentido de reformular conceitos, princípios e potencializar a participação social no setor cultural. Com esse deslocamento estrutural na esfera política<sup>9</sup>, a estrutura estatal passou a contar com uma maior presença de ativistas em seu interior. Essas mudanças promoveram novas condições favoráveis às estratégias de ação política junto às instituições e às mudanças internas nos mecanismos estatais no setor cultural. Foi no interior desse processo que os coletivos culturais encontraram maiores facilidades para sua ação, expansão – inclusive em redes nacionais e internacionais – e encaixes institucionais na estrutura estatal.

No entanto, na virada dos anos 2010, começamos a observar algumas mudanças importantes que passaram a restringir esse contexto de facilidades. A política cultural no Governo Dilma (PT) deixou de seguir os eixos estruturantes promovidos durante os dois mandatos de Lula (Rubim 2015). Entre 2011 e final de 2012, por exemplo, período que compreende a gestão da Ministra da Cultura Ana de Hollanda, alguns dos principais problemas giraram em torno de suas ações nos rumos da política dos direitos autorais e da cultura digital, que já estavam em adiantado nível de discussão no governo Lula, não dando

<sup>8</sup> Não temos espaço para expandir a análise das mudanças nas políticas culturais. Para essa leitura, conferir Rubim (2010), Calabre (2009, 2015) e Marques (2022).

<sup>9</sup> Sobre os deslocamentos na esfera econômica e produtiva, conferir Barcellos (2012), Marques (2022) e Marques e Marx (2025, no prelo).

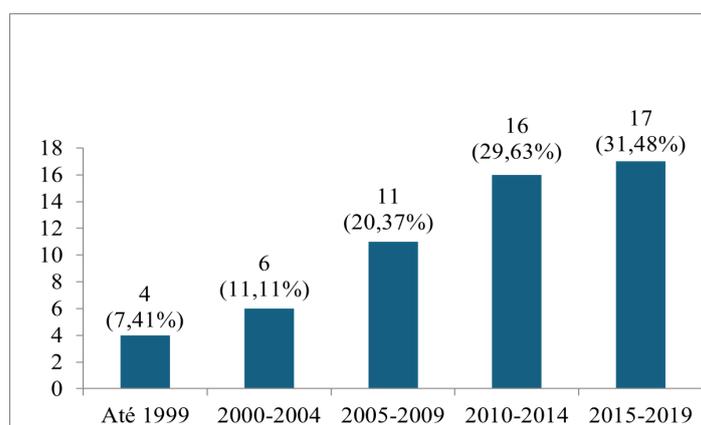
continuidade ao processo entre governo e sociedade civil, em especial com artistas e produtores (Calabre 2015). De uma forma mais geral, também cumpre destacar a falta de uma direção política clara do Ministério da Cultura (MinC), o que pode ser explicado pela depressão do patamar político do MinC, que se verificou ao longo do governo, e um distanciamento das ações implementadas pelos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira no que diz respeito a uma concepção alargada do conceito de cultura e à valorização e fomento à participação social na gestão em proveito de uma "política que buscava privilegiar o mercado e as linguagens artísticas" (Calabre 2015, 38).

Assim, a chegada do ano de 2013, que marcou o início das ondas de protestos que configuraram o contexto de crítica à política tradicional, já estava marcada, também no campo da política cultural, por críticas ao governo petista. Como agravante, observamos mudanças importantes na configuração da coalização política estruturada para garantir a reeleição de Dilma, indicando o avanço de partidos de centro e de direita em áreas sensíveis do Governo, o que também aumentou as críticas aos mecanismos e às ações da "política formal".<sup>10</sup>

Retomando a citação de Alan Moore (2002, n.p.), compreendemos que são em contextos como esse que os coletivos (res)surgem, momentos em que "os grupos se formam em resposta a condições específicas, quando algo precisa ser feito". Entre os anos de 2013 e 2016, observa-se o aumento das experiências dos coletivos, cuja emergência passou a questionar a efetividade das organizações históricas na promoção de determinadas demandas político-identitárias, informando-as como portadoras de projetos estruturais e relativamente fechados à participação horizontalizada e, portanto, focada na liderança formal e verticalizada.

No Espírito Santo, particularmente, observamos dados importantes sobre as experiências de coletivos culturais nesse período. A despeito de certas especificidades, como as políticas públicas culturais da Secretaria de estado da Cultura (Secult), especialmente do Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ), que fomentou as experiências dos coletivos<sup>11</sup>, percebemos um aumento da criação de coletivos a partir desse período. Como indica o Gráfico 1 a seguir, embora já existissem coletivos anteriores à década de 1990, foi nos anos 2000 que observamos uma maior presença.

**Gráfico 1** – Ano de criação dos coletivos por período (1983-2019)



Fonte: Elaboração própria.

Se desmembrarmos os dados, considerando as Jornadas de Junho de 2013 como corte temporal, perceberemos que 50% dos 55 coletivos

levantados em nossa pesquisa foram criados a partir de 2013, sendo que 35% foram criados exatamente entre os anos de 2013 e 2016. Isso

<sup>10</sup> Para uma leitura mais detida sobre as críticas do campo cultural ao governo Dilma, ver Rubim (2015).

<sup>11</sup> O PRCJ surgiu das interações entre os agentes societários e a esfera estatal. Inclusive, contou com a entrada de ativistas na gestão. Esse processo foi fundamental tanto para a emergência e articulação de novos coletivos culturais e para a estruturação de uma rede de coletivos quanto para um processo de mudança institucional (Marques 2022).

nos leva a considerar esse período como significativo nas experiências dos coletivos, ainda que não indique uma relação de causalidade direta – para essa afirmação seriam necessários novos estudos, especialmente estudos de casos comparados, para verificar a causalidade entre as ondas de protestos (2013-2016) e a construção dos coletivos no Brasil.

O que queremos destacar é que a despeito das experiências de coletivos no campo artístico-cultural serem um fenômeno percebido pelo menos desde os anos 1960, passamos a observá-los mais claramente a partir do final dos anos 2000 – o que encontra correlação tanto com os reflexos dos processos de democratização e de mudança na cultura política, observados desde os anos 1990, como dos efeitos dos deslocamentos estruturais na esfera produtiva, no setor tecnológico e na política pública cultural (Paim 2009; Mesquita 2011; Barcellos 2012; Gohn 2019, 2022). Em suma, ainda que não existam relações diretas ou necessárias entre a emergência dessas novas experiências organizacionais e as ondas de protestos, foi a partir daquele contexto, em especial, que ficaram mais perceptíveis aos analistas os processos de estruturação de novas estratégias, modelos de organização menos hierárquicos, performances e discursos presentes nas mais diferentes mobilizações societárias.

### Considerações finais

Ao refletirmos sobre os coletivos contemporâneos, objetivamos compreender os sentidos presentes na construção da ideia de *coletivo*, considerando o contexto estratégico-relacional dos anos 2000, especialmente a ideia de crítica à política tradicional. Como abordamos, embora não haja uma relação de causalidade direta ou necessária entre os protestos de junho de 2013 a 2016 e a emergência dessas experiências societárias, aquele contexto foi importante porque ajuda a compreender a busca dos sujeitos por “algo novo”, por experiências político-organizacionais diferentes daquelas tidas como “tradicionais”. É nesse processo que os sujeitos têm demarcado uma *posição diferencial* em relação a essas outras

estruturas organizacionais e de ação política.

Nossa análise buscou se distanciar de qualquer perspectiva linear para compreender esses “novos sujeitos coletivos” e suas novidades no campo (associ)ativistas. Longe da busca pelo “novo”, percebemos a novidade dos coletivos à medida que (res)surgem no debate político-organizacional e acadêmico, resgatando diferentes experiências, como os autonomistas, os anarquistas e grupos socialistas. Assim, ao mesmo tempo em que demarcam uma *posição diferencial* em relação a seus *exteriores constitutivos*, buscam lógicas de participação e de socialização mais horizontalizadas e experiências organizacionais destituídas da ideia de lideranças formais e verticalizadas. É nesse processo que os coletivos têm conseguido apresentar novos significados aos discursos político-organizacionais e promover o debate em torno do (associ)ativismo contemporâneo, logrando destaque nas recentes mobilizações e articulações de protestos.

### Referências

- Almeida, Brena C., Guilherme Ribeiro, Maria Cândida V. Frederico. 2023. Apresentação: dossiê 10 anos das jornadas de junho: as múltiplas dimensões e desafios da revolta social - Parte I. *Desigualdade & Diversidade* 23: 1-7. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.66075>.
- Alonso, Angela. 2017. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos – Cebrap*. Especial 49-58. <https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>.
- Barcellos, Rebeca M. R. 2012. *Por outro eixo, outro organizar: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro*. Tese em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Calabre, Lia. 2015. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In *Políticas culturais no governo Dilma*, organizado por Antonio A. C. Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre. Edufba.
- Calabre, Lia. 2009. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século 21*. Editora FGV.
- Freixo, Adriano, e Rosana P. Machado. 2019. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*, organizado por Freixo, Adriano, e Rosana P. Machado. Oficina Raquel.
- Gohn, Maria da G. 2017. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez.

- Gohn, Maria da G. 2019. *Participação e democracia no Brasil. Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Vozes.
- Gohn, Maria da G. 2022. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis. Como impactam e por que importam?* Vozes.
- Gohn, Maria da G. 2023. Junho de 2013, 10 anos depois: um enigma ainda a decifrar. *Desigualdade & Diversidade* 23: 11-39. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.64173>.
- Gohn, Maria da G., Claudio Penteado, e Marcelo de S Marques. 2020. Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica* 7 (3): 1-7. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33690>.
- Laclau, Ernesto. 2000. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2ª ed. Nueva Visión.
- Marchart, Oliver. 2009. *El pensamiento político posfundacional: la diferencia política em Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Fondo de Cultura Económica.
- Marinho, Leandro. 2022. De junio de 2013 al bolsonarismo: prensa, estética y nacionalismo. *Revista Barda* 13 (8): 13-36.
- Marques, Marcelo de S., e Vanessa Marx. 2020. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica* 7 (3): 08-32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>.
- Marques, Marcelo de S., e Marx, Vanessa. 2025. Coletivos e as novidades no debate político-organizacional: uma abordagem processual-relacional sobre os coletivos culturais contemporâneos no Brasil. *Opinião Pública* 31: e31101, no prelo.
- Marques, Marcelo de S., Vanessa Marx e Deivison D. Cruz. 2025, no prelo. Quem tem medo da organização? Dimensão organizacional no ativismo e nos processos decisórios dos coletivos culturais do Espírito Santo. *Dados* 68 (3): 1-28, no prelo.
- Marques, Marcelo de S. 2022. *Interações socioestatais: mútua constituição entre os Coletivos Culturais e o estado no Espírito Santo*. Tese em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mesquita, André. 2011. *Insurgências poéticas. Arte ativista e ação coletiva*. Annablume.
- Moore, Alan. 2002. General introduction to collectivity in Modern Art. *The Journalist of Aesthetic Protest*. Paper for Critical Mass exhibition, Smart Museum, University of Chicago, April. <https://www.joaap.org/new3/moore.html>.
- Nobre, Marcos. 2022. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Todavia.
- Nunes, Ricardo. 2023. *Nem horizontal nem vertical: uma teoria da organização política*. Ubu Editora.
- Nunes, Raul. 2023. O ciberativismo antes, durante e depois de Junho de 2013. *Desigualdade & Diversidade* 23: 95-124. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.DDCIS.66110>.
- Paim, Claudia. 2009. *Coletivos e iniciativas coletivas: modos de fazer na América Latina contemporânea*. Tese em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Perez, Olívia C. 2019. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública* 25 (3): 577-96. <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>.
- Pinto, Céli R. J. 2017. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua Nova* 100: 119-153. <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>.
- Pires, Ericson. 2007. *Cidade ocupada*. Aeroplano.
- Rubim, Antonio A. C. 2007. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In *Políticas culturais no Brasil*, organizado por Antônio A. C. Rubim e Alexandre Barbalho. Edufba.
- Rubim, Antonio A. C. 2010. Políticas culturais no governo Lula. In *Políticas culturais no governo Lula*, organizado por Antonio A. C. Rubim. Edufba.
- Rubim, Antonio A. C. 2015. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In *Políticas culturais no governo Dilma* organizado por Antonio A. C. Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre. Edufba.
- Santos, Breno A. O. 2022. O "novo" em velhas práticas: uma análise sobre a noção de "novíssimos" movimentos sociais e coletivos. *Simbiótica* 9: 20-37. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i1.38299>.
- Silva, Marcelo K. 2018. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? *Lusotopie* 17: 88-111. <https://doi.org/10.1163/17683084-12341713>.
- Staten, Henry. 1984. *Wittgenstein and Derrida*. University of Nebraska Press.

---

### Marcelo de Souza Marques

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professor da Universidade Vila Velha (UVV), em Vila Velha, ES, Brasil.

*Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do autor antes da publicação.*